

**HISTÓRIA E POLÍTICA EM *O 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE*, DE KARL MARX, E *NAPOLEÃO, O PEQUENO*, DE VICTOR HUGO: UM CONTRAPONTO \***

Izabel Andrade Marson

Depto. de História-IFCH-UNICAMP

A complexidade do ambiente político e intelectual que deu origem à revolução de 1848 na França ficou privilegiadamente registrada na problematização, nos argumentos e nos pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram Marx no preparo da obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*<sup>1</sup>, uma análise particularmente elucidativa dos eventos ocorridos naquele país entre 1848 e 1852. O inegável multifacetamento deste texto explica a atenção que vem despertando em estudiosos de vários campos das ciências humanas, pois o livro constitui, ao mesmo tempo, um testemunho, uma peça argumentativa tecida na trama da luta política de seu tempo; e, especialmente, uma reflexão teórica e crítica sobre a política liberal, as concepções burguesas sobre a história e sua instrumentalização no jogo político. Desta forma, este é um texto de particular importância para os historiadores na medida em que, além da narrativa-testemunho dos acontecimentos que precederam e sucederam o golpe de estado de 2 de dezembro de 1851 e das proposições políticas nele imbricadas, enseja a abordagem de várias questões historiográficas dentre as quais vou tangenciar três: o debate historiográfico mais amplo ao qual o livro esteve relacionado; a polêmica política, teórica e metodológica específica em que esteve imbricado, na qual se destaca a crítica de Marx aos princípios e métodos praticados pelos políticos e pela historiografia liberal francesa, particularmente a de orientação republicana, na interpretação dos episódios de 1851, aqui representada pelo trabalho *Napoleão, o Pequeno*,<sup>2</sup> de Victor Hugo; e, no reverso desta crítica, o apontamento das mediações entre história e política inscritas em *O 18 Brumário*.

No que diz respeito ao primeiro problema, quero apenas lembrar a complexa circunstância política e historiográfica em que o livro foi escrito, pois ele coincide com o despontar de muitas obras e interpretações sobre o tema revolução, representativas de correntes historiográficas diversas - dentre as quais se destacam o romantismo, o positivismo, o historicismo e o socialismo - obras

preparadas por políticos e intelectuais, a exemplo dos franceses Guizot, Thierry, Michelet, Tocqueville, Proudhon e Comte; do alemão Leopold von Ranke e dos ingleses Thomas Carlyle e Thomas Macaulay, apenas lembrando os mais proeminentes. Dentre outras problemáticas, afloravam neste momento: a partilha de território entre especialidades que comporiam as ciências humanas, exatas e as artes; a definição de qual seria o estatuto da história (se ciência, arte, política ou todas estas possibilidades); o delineamento dos objetos e metodologias específicas do campo da história, referências necessárias ao ofício de historiar; e a precisão dos objetivos e significados pragmáticos do conhecimento histórico.

A segunda e terceira questões pressupõem que o referido texto de Marx possibilita a retomada de uma das facetas do debate político e historiográfico em curso pois, embora tenha tido uma divulgação muito restrita no momento em que foi produzido, ele testemunha divergências - sintomáticas de uma discussão que focava particularmente os significados do golpe de estado de 1851 – internas ao grupo republicano (envolvendo alguns políticos e intelectuais liberais e socialistas), a exemplo de Victor Hugo, na obra já mencionada, Proudhon, e seu texto *Coup d'État*, e mesmo Tocqueville e Michelet – divergências explicitamente mencionadas por Marx no prefácio da segunda edição do *18 Brumário*, lançada em 1869. Nesta possível polêmica, vou abordar o contraponto entre Marx e Victor Hugo, um escritor já consolidado no momento em que o *18 Brumário* foi escrito e, também, um privilegiado porta-voz daquela prática historiográfica liberal de matiz republicano que o autor de *O 18 Brumário* tanto ironiza. Este contraponto possibilita, por um lado, explicitar a análise de Hugo sobre o contexto histórico que instaurou a República e sobre o golpe de estado em particular; e por outro, sistematizar o diagnóstico crítico feito por Marx aos princípios políticos e métodos da historiografia liberal.

Embora *O 18 Brumário* preceda no tempo o *Napoleão, o Pequeno* devo principiar pelo texto de Vitor Hugo pois, além de veicular a interpretação mais difundida sobre o golpe de estado no início da década de 1850, creio que este autor e sua obra exemplificam com muita objetividade o interlocutor e as teses com as quais Marx parece polemizar. Neste sentido, *Napoleão, o Pequeno* nos auxilia a compreender, de maneira mais ampla, a argumentação apresentada no livro de Marx e a discussão, ao mesmo tempo política e historiográfica cristalizada nas duas obras.

## **Napoleão, o pequeno: o crime do 2 de dezembro**

“ *Será uma narração completa do infame evento de 1851 (...) O autor reconhece que, escrevendo essa narração, austera ocupação de seu exílio, tem sem cessar em seu espírito a alta responsabilidade do historiador. Quando for publicada, essa narração certamente provocará numerosos e violentos protestos (...) Este relato do 2 de dezembro conterà, fora os fatos escandalosos que ninguém ignora, um grande número de fatos desconhecidos (...) Vários destes fatos foram vistos, tocados atravessados pelo autor: desses ele pode dizer : Essas coisas, eu mesmo vi e nelas tomei parte”. Os membros da esquerda republicana, cuja conduta foi tão intrépida, viram como ele estes fatos, e seu testemunho não faltará. Para todo o resto o autor procedeu a uma verdadeira informação judicial; fez-se por dizer, o juiz de instrução da história; cada ator do drama, (...) veio depor diante dele; em todos os fatos duvidoso confrontou dizeres e, quando necessário, as pessoas . (...) Em geral, os historiadores falam com os fatos mortos; tocam-nos nas suas tumbas e, com seus bastões de juízes, fazem-nos se levantar e os interrogam. Esse autor, foi com os fatos vivos que ele falou.(...) Repitamo-lo, submeteu o 2 de dezembro a um longo e severo interrogatório. Iluminou tão longe quanto pode (...) certamente, o autor não é mais “imparcial” nesse livro a respeito do 2 de dezembro que no livro que publica neste momento, como se tem o hábito de dizer quando se quer louvar um historiador. Imparcialidade, estranha virtude que Tácito não tem. Desgraçados aqueles que permanecerem imparciais diante das chagas sangrantes da liberdade! (...) O homem indignado não mente.”<sup>3</sup>*

Redigida no exílio, em agosto de 1852, ou seja oito meses após o golpe, na forma de um drama trágico e sob o título preliminar de *O crime de 2 de dezembro*, a obra de Vitor Hugo narra eventos recentes que precederam o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, perpetrado pelo então presidente da recém instalada república francesa de 1848, Luís Napoleão Bonaparte; e a repressão realizada nos dias seguintes por soldados embriagados e corrompidos pelo dinheiro e pela policia, contra a resistência organizada por deputados republicanos que integravam da Assembléia Nacional, grupo do qual Hugo fazia parte, e contra a “população inofensiva de Paris” e das províncias.<sup>4</sup>

Ao mesmo tempo que narra os acontecimentos, o autor faz uma avaliação dos atos praticados pelos principais personagens, com o intuito de incriminar o golpe, seu autor e cúmplices como traidores da nação - por terem violado as determinações da Constituição; como malfeitores , por terem corrompido muitos cidadãos e o exército, como assassinos por terem massacrado, detido e

exilado homens inocentes e verdadeiramente patriotas . Ao denunciar o crime e “*retirar a máscara*” de seus autores, o livro pretendeu ser uma peça política, um ato de resistência que visava despertar a consciência do conjunto da nação francesa – os homens de negócios, os soldados , os camponeses: “*Aos olhos da França, aos olhos da Europa, o 2 de dezembro ainda está mascarado. Esse livro nada mais é que a mão que sai da sombra e lhe arranca a máscara.*”<sup>5</sup>

Desempenhando o papel de historiador, o dramaturgo pretendeu, portanto, instruir um processo, e demonstrar o quanto a nação estivera iludida ao conceder ao criminoso e seus cúmplices 7.500.000 votos no plebiscito instaurado em 20 de dezembro de 1851, um procedimento que ignorara o crime, e absolvera os réus. Um dos objetivos mais expressivos de Hugo é marcar a diferença entre a “pequenez” política e moral de Luis Bonaparte (um vetor dos interesses e práticas remanescentes do passado absolutista - do jesuitismo e do corporativismo militar<sup>6</sup>) e “ a grandeza” de Napoleão Bonaparte que pretendeu reedificar o império do ocidente e tornar a Europa sua vassala. “ *o certo é que o 18 Brumário é um crime cuja mancha sobre a memória de Napoleão foi aumentada com o 2 de dezembro*” (...) *mas é falso que Luís Bonaparte seja idêntico a Napoleão*”<sup>7</sup>.

### **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**

*“Victor Hugo (no Napoléon, le Petit) limita-se à invectiva mordaz e sutil contra o responsável pelo golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra como um raio caído de um céu azul. Vê nele apenas o ato de força de um indivíduo. Não percebe que engrandece, ao invés de diminuir, esse indivíduo, atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo” Eu, pelo contrário, demonstro como a luta de classes na França criou as circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói.”*<sup>8</sup>

Também escrito, nas palavras do próprio autor, “*sob a pressão imediata dos acontecimentos*”, o texto de *O 18 Brumário* constituiu originalmente um conjunto de artigos - sobre os eventos que ocorreram na França até o golpe de estado de 2 de dezembro de 1851 - preparados para um semanário político a ser publicado em Nova York por Joseph Weidemayer, a partir de 1º de janeiro de 1852. Todavia, a história do golpe descrita por Marx terminou integrando o primeiro número de

uma publicação mensal lançada ainda na primavera de 1852 – de título *Die Revolution* – que substituiu o projeto original de Widemayer. Ela vinha problematizar as concepções dos republicanos franceses sobre o golpe de Luís Bonaparte, concepções, sistematizadas, pouco tempo depois, nos pressupostos, na periodização, na metodologia e na interpretação apresentados por Vitor Hugo no *Napoleão, o Pequeno*.

Negando leituras simplistas que dissimulavam efetivas responsabilidades políticas historicamente engendradas, Marx substituiu “*o raio no céu azul*” e “*o enigma*” criado pelos republicanos (“*O enigma não é solucionado por tais jogos de palavras*”) por um problema concreto – o inegável apoio da esmagadora maioria do eleitorado, inclusive o republicano, a Luís Bonaparte - e por uma interpretação que contemplou vários fatores. Destacou as convicções políticas de indivíduos e das classes e partidos que integravam a sociedade francesa, enfocando particularmente os republicanos, seu culto à Constituição e apego à ordem. Retomou as experiências e estratégias das revoluções burguesas do passado, em especial a Revolução Francesa de 1789, para contrapô-las ao presente. E recortou uma temporalidade mais extensa que abarcou um número expressivamente maior de acontecimentos e o desempenho de todos os segmentos políticos e sociais que integravam a França naquele momento.

A politização imbricada nestas obras de Hugo e Marx é inegável. Se o objetivo de Hugo fora inocentar o partido republicano instituindo o processo do crime político e humano praticado por um indivíduo (Bonaparte) e seus cúmplices contra uma surpreendida nação francesa, o de Marx foi relatar o desempenho/compromisso da sociedade francesa no processo histórico de exclusão de um projeto revolucionário e da classe que o defendia, o proletariado de Paris. E para concluir, gostaria de destacar como Hugo e Marx sinalizam maneiras diferentes de abordar o passado para fundamentar projetos inscritos na luta política para a qual suas obras foram criadas. Neste sentido, Hugo individualiza as acusações e projeta indivíduos. Por sua vez, Marx desdobra o tempo, os eventos e as responsabilidades e faz da ironia um eficiente recurso para sistematizar uma acusação que é também uma crítica e um esclarecimento. No *18 Brumário*, a linguagem especialmente irônica esclarece subterfúgios e dimensões pouco divulgados de uma tragédia bem mais ampla que o drama de Hugo não pretendeu documentar.

*“Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por*

*Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-51 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário.(...) A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. (...).Mas, por menos heróica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. E nas tradições classicamente austeras da República Romana, seus gladiadores encontram os ideais e as formas de arte, as ilusões de que necessitavam para esconderem de si próprios as limitações burguesas do conteúdo de suas lutas e manterem seu entusiasmo no alto nível da tragédia histórica..(...) A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas .(...)"*

*A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda a veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto a seu próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ia além do conteúdo, agora é o conteúdo que vai além da frase.<sup>9</sup>*

---

\* Este trabalho integra pesquisa financiada pelo CNPq.

<sup>1</sup> MARX, K “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” IN: **Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. seleção de textos de José Arthur Giannotti; trad. de José Carlos Bruni (et al.) 2a. ed. S. Paulo, Abril Cultural, 1978.

<sup>2</sup> HUGO, V.- **Napoleão – O Pequeno**. Trad. Márcia V.M. de Aguiar. S. Paulo, Ensaio, 1996.

<sup>3</sup> Texto que noticia a publicação do livro, mencionado por Jean-Claude Fizaine no Histórico que acompanha a edição francesa de 1987, incluído pela tradução brasileira p. 66

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 83, 90.

<sup>5</sup> Idem, ibidem, p. 18-19.

<sup>6</sup> “Jesuitismo e corporativismo, nisso consiste todo esse regime. Todo o expediente político do senhor Bonaparte se compõe de duas hipocrisias, hipocrisia soldadesca voltada para o exército, hipocrisia católica voltada para o clero.” Idem, ibidem, p. 57.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, p. 30,62.

<sup>8</sup> Idem, ibidem, Prefácio do autor à 2a. edição., p. 325.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, pg. 329-30.